



**Provas de Acesso ao Ensino Superior
Para Maiores de 23 Anos**

Candidatura de 2023

Exame de HISTÓRIA

Tempo para realização da prova: 2 horas

Tolerância: 30 minutos

Material admitido: *exclusivamente material de escrita*

NOTA PRÉVIA: Indique sempre, na folha de prova, o GRUPO e o NÚMERO da questão a que está a responder.

GRUPO I (Total: 5 valores).

Classifique as seguintes afirmações como verdadeiras ou falsas. Na folha de prova inscreva o número da afirmação e à frente coloque V (verdadeira) ou F (falsa).

1. Iniciadas em 1220 por Afonso II e continuadas nos reinados seguintes, as Inquirições Gerais visavam, essencialmente, legitimar as usurpações senhoriais.
2. O evento mais marcante do reinado de D. Afonso IV foi a Peste Negra de 1348, que devastou todo o Reino.
3. As crónicas de Fernão Lopes são da maior utilidade para estudar a conjuntura de 1383-1385, porque o cronista foi testemunha atenta de todas as ocorrências e um dos seus principais intervenientes.
4. A descoberta do caminho marítimo para a Índia permitiu o início das relações comerciais entre a Europa e o Oriente.
5. O Tratado de Tordesilhas, de 1594, dividiu o mundo em duas áreas de descobrimento e conquista, distribuindo-as entre Portugal e a Inglaterra.
6. A criação de capitanias no contexto da Expansão Ultramarina foi uma estratégia inovadora para o século XV, pois foi a primeira vez que se usou este modelo para a exploração de territórios.
7. As Conferências Democráticas organizaram-se no Casino Lisbonense em Outubro de 1910.
8. Nos primeiros anos do século XX a economia portuguesa assentava já maioritariamente na atividade industrial.

9. O primeiro modernismo surgiu em Portugal, em 1915, em torno da revista *Orpheu*.

10. O Estatuto do Trabalho Nacional foi publicado em 1926.

GRUPO II (Total: 7,5 valores - 2,5 valores por cada questão).

Responda a uma das questões de cada alínea (A, B e C):

A)

1. Tendo em conta a sucessão de eventos registados em Portugal após a morte do rei D. Fernando, comente o título escolhido por Joel Serrão para a sua conhecida obra *O carácter social da Revolução de 1383*.

2. Justifique o chamado impasse ibérico do Reino de Portugal no quadro peninsular e europeu ocidental nos finais da Idade Média e explique porque a saída desse impasse foi a expansão marítima.

B)

1. Justifique e caracterize, sumariamente, o processo expansionista português no século XV.

2. Caracterize a Monarquia Absoluta em Portugal, indicando o rei que considere ser o melhor exemplo desta arquitetura política.

C)

1. Explique e caracterize a revolta republicana que teve lugar no Porto a 31 de Janeiro de 1891.

2. Explique as razões que levaram Portugal a participar na I Guerra Mundial.

GRUPO III (Total: 7,5 valores).

Análise e comente um dos seguintes textos:

1. "A escassez cerealífera - melhor diríamos a crise económica geral -, que as inteligências da época não viam forma de evitar pelo único recurso às possibilidades internas do Reino, esteve na base da expansão africana e da colonização das Ilhas Atlântidas. (...) Assim, o povo português passou fome, pereceu, buscou nos três Impérios que os governantes lhe talharam — a Índia, o Brasil, a África — ou na emigração para o estrangeiro o remédio para a sua carência alimentar, na esperança perene de que uma mais racional exploração económica da sua terra (...) lhe permitisse ficar, tornar-se próspero e ganhar tempo para desenvolver as suas potencialidades de cultura e elevar-se ao nível dos seus compatriotas europeus".

A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à história da agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*, 3a. ed., Lisboa: Ed. Cosmos, 1978, p. 285.

2. “A conquista de Ceuta, em 1415, foi o momento fundador da diáspora global portuguesa. Durante o século XV, os portugueses levaram a cabo várias missões de reconhecimento no Atlântico Central e Sul, que conduziram à descoberta das ilhas de Porto Santo e Madeira, dos Açores, do arquipélago de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, e à exploração da costa ocidental de África. A colonização destas ilhas atlânticas, iniciada na década de 1420, precedeu o estabelecimento de feitorias e fortes em Marrocos, na Senegâmbia e no golfo da Guiné. Em 1487, setenta anos de vasta experiência portuguesa das correntes e dos ventos do Atlântico culminaram na entrada de Bartolomeu Dias no oceano Índico. Estava aberto o caminho para a viagem de Vasco da Gama à Índia (1497-1499), que permitiu a ligação marítima entre a Europa e a Ásia.”

Francisco Bethencourt & Diogo Ramada Curto (dir.), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, Lisboa, Edições 70, 2010, p.3.

3. “A ideia de que a monarquia portuguesa estava desde a última década do século XIX condenada e que a república era um devir inevitável tem sido seriamente contestada pela historiografia das últimas décadas. Como provam outros exemplos de tronos europeus que atravessaram sólidos a transição para o século XX, o regime monárquico liberal tinha em si os dispositivos de adaptação necessários para não sucumbir face aos avanços da sociedade de massas. E a monarquia constitucional portuguesa não era exceção. No entanto, é indiscutível que se deu no reinado de D. Carlos uma conjugação nefasta de elementos que se não justificam ou explicam o regicídio de 1908, ajudam pelo menos a perceber o caminho percorrido até lá. E o assassinato de um rei é por si só um sinal de que alguma coisa está necessariamente mal. Tiveram inegavelmente lugar no penúltimo reinado da monarquia portuguesa processos de deslegitimação e dessacralização simbólica da imagem régia com peso suficiente para secundar uma melhor compreensão do destino da instituição régia face aos tímidos avanços da sociedade de massas e do crescente radicalismo urbano de princípios do século XX. Ao contrário de como durante muitos anos se tem colocado o problema, estes processos têm menos a ver com o carácter do rei – era bom ou um vilão? – e mais com o agravamento de uma série de factores que coordenados entre eles foram correspondendo a um terreno já de si estruturalmente frágil.”

Isabel Corrêa da Silva, “D. Carlos I (1889-1908): epílogo da monarquia em Portugal?”. In *Pasado y Memoria. Revista de Historia Contemporánea*, 18, 2019, pp. 63-64. Disponível em: <https://doi.org/10.14198/PASADO2019.18.04>

GRELHA DE COTAÇÃO DA PROVA

QUESTÕES	COTAÇÃO (valores)
GRUPO I	
1.	0,5
2.	0,5
3.	0,5
4.	0,5
5.	0,5
6.	0,5
7.	0,5
8.	0,5
9.	0,5
10.	0,5
TOTAL DA PARTE I	5
GRUPO II (1 opção por alínea)	
A)	
1.	2,5
2.	2,5
B)	
1.	2,5
2.	2,5
C)	
1.	2,5
2.	2,5
TOTAL DA PARTE II	7,5
GRUPO III (opção)	
1.	7,5
2.	7,5
3.	7,5
TOTAL DA PARTE III	7,5
TOTAL DA PROVA	20